



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

Senhor licitante,

A comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório que não afetem a formulação das propostas, quaisquer esclarecimentos e respostas às impugnações, serão efetuadas por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br/](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/).

Recife, 19 de Janeiro de 2017.

**MARÍLIA B. DE LIMA PEQUENO**  
Coordenadora de Licitações  
SIAPE 1650594

<b>PREGOEIRO</b> Jorge Olímpio do Nascimento	<b>SIAPE</b> 1132225
---	-------------------------

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

**Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017,**  
destinado à contratação de empresa especializada na  
prestação de serviços de controle, operação e  
fiscalização de portarias em edifícios no Centro  
Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de  
Pernambuco, conforme processo administrativo nº  
23076.021966/2014-14.

A Universidade Federal de Pernambuco torna público que às **14h, horário local - 15h horário de Brasília, de 02 de Fevereiro de 2017**, no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>/o Pregoeiro da Diretoria de Licitações e Contratos designado pela *Portaria nº 2.080, de 13 de maio de 2016 e 5.389 de Dezembro de 2016, do Magnífico Reitor*, estará promovendo

**Pregão Eletrônico, tipo menor preço,**  
no regime de execução *empreitada por preço global*,

o qual obedecerá ao disposto na *Lei nº 10.520*, de 17 de julho de 2002, no *Decreto nº 5.450*, de 31 de maio de 2005, *Decreto nº 3.722*, de 9 de janeiro de 2001, com a redação do *Decreto nº 4.485*, de 25 de novembro de 2002, no *Decreto nº 2.271*, de 7 de julho de 1997, na Instrução Normativa/SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações, *Lei Complementar nº 123*, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo *Decreto nº 6.204*, de 5 de setembro de 2007, na *IN/SLTI/MP nº 02*, de 11 de outubro de 2010 e alterações, aplicando-se subsidiariamente a *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*, atualizada, além do que mais for exigido neste Edital e em seus anexos.

**Encaminhamento da proposta de preços**

*(exclusivamente por meio do sistema eletrônico):*

a partir da data de liberação do edital no sítio COMPRASNET, que ocorrerá simultaneamente à publicação do aviso licitatório no Diário Oficial da União, até o horário limite de início da sessão pública acima estabelecido.'

**1. OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de controle, operação e fiscalização de portarias em edifícios no Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco, conforme Postos de Serviços discriminados abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS POR POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS
POSTO TIPO 1	Segunda à sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 06:00h às 10:00h (44h semanais)	02	01
POSTO TIPO 2	Segunda à sexta, das 15:00h às 00:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 14:00h às 18:00h (44h semanais)	02	01
POSTO TIPO 3	Segunda à sexta, das 10:00h às 20:00h (02 horas de intervalo por dia) e sábado das 10:00h às 14:00h (44h semanais)	01	01
POSTO TIPO 4	Segunda à sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 06:00h às 10:00h (44h semanais)	01	01
POSTO TIPO 5	Segunda à sexta, das 14:00h às 23:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 10:00h às 14:00h (44h semanais)	01	01

**1.2.** A unidade de medida é por posto de serviço com resultados aferidos no cumprimento das escalas e procedimentos fixados.

**1.3. Prazo de validade da proposta:** mínimo de **90 (noventa) dias** corridos, a partir da abertura de Pregão;

## **2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo de atividade relacionado ao objeto licitado, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as condições expressas no presente Edital e em seus anexos;

**2.2.** A empresa participante deverá estar credenciada no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos do **item 3**, e responsabilizar-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

**2.3.** Não será admitida a participação:

**a)** de empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**b)** temporariamente suspensa de participar de licitação com a União, com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/2002 e no Art. 28 do Decreto 5.450/2005, e com a UFPE, com fundamento no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93 ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, que ainda não tenham logrado reabilitação;

**c)** de empresa que esteja reunida em consórcio e seja controladora, coligada ou subsidiária entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

**d)** de empresa que não tenha sede no País.

**e)** de empresas que se constituam como Cooperativas de trabalho, nos termos do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do processo nº 1.082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF;

**2.4.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte que desejem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 devem declarar atendimento aos requisitos do art. 3º da referida lei, mediante opção em campo próprio do sistema eletrônico, quando da inserção da proposta eletrônica;

**2.4.1.** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5o-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Instrução Normativa nº 06/2013);

**2.5.** Como requisito para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

**a)** cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (*art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**b)** informará sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo à habilitação (*art. 32 § 2º, “in fine”, da Lei 8.666/93*) ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos dos incisos IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, que ainda não tenham logrado reabilitação;

**c)** não possui, em seu quadro de pessoal (empregados), menores (*art. 7º, XXXIII, da CF/88*);

**d)** declara a elaboração independente de proposta, nos termos da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 02, de 16/09/2009, publicada no DOU de 17/09/2009.

**2.5.1.** As restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal não constituem impedimentos de manifestar no campo próprio o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, em se tratando de licitantes qualificados como ME ou EPP, observado o disposto no **subitem 7.11**.

## **3. CREDENCIAMENTO**

**3.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio <https://www.comprasnet.gov.br/> (*art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.2.** O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (*art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPE, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (*art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica (*art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005*);

#### **4. PROPOSTA ELETRÔNICA**

**4.1.** Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar proposta em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com os **dados indicados no subitem 4.2** deste Edital, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas (*art. 21 do Decreto nº 5.450/2005*);

**4.1.1.** O licitante não deve encaminhar proposta eletrônica caso ocorra o previsto no **subitem 5.4**.

**4.2.** A proposta eletrônica conterá a especificação do objeto (conforme **subitem 1.1** deste Edital, **sem identificação dos postos por item**) e o valor anual (12 meses do custo integral dos 5 postos de serviço);

**4.3.** Até o horário limite do início da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (*art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005*).

**4.4.** Serão desclassificadas as propostas eletrônicas que:

**a)** Não apresentem dados conforme exigido no **subitem 4.2**;

**b)** Apresentem qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**4.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme **Anexo VI** deste Edital;

**4.6.** O envio da proposta eletrônica implica plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, e o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

#### **5. SESSÃO PÚBLICA / CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS**

**5.1.** A partir do horário indicado no preâmbulo deste Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro (*art. 22 do Decreto nº 5.450/2005*);

**5.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital (*art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**5.3.** A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (*art. 22, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**5.4.** Caso a descrição editalícia divirja com a contida no sistema eletrônico a licitação será cancelada pelo pregoeiro.

#### **6. FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**6.1.** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento e do valor consignado no registro (*art. 24, caput e § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.2.** Apenas os licitantes que tiverem suas propostas eletrônicas classificadas poderão formular lances;

**6.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital;

**6.4.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

**6.5.** O sistema eletrônico registrará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro;

**6.6.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante (*art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.7.** Caso o pregoeiro entenda que houve equívoco, por parte do licitante, quando do envio do lance, promoverá a exclusão do referido lance, que poderá ser ratificado, se for o caso;

**6.8.** Caso o licitante cuja proposta tenha sido classificada não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação de propostas;

**6.9.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que definirá período entre um e sessenta minutos;

**6.10.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, observado o período definido pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (*art. 24, §§ 6º e 7º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.11.** Encerrada a fase de lances, **se a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP**, o sistema eletrônico identificará as **ME e EPP** participantes para proceder à comparação entre os valores da primeira colocada e das demais **ME/EPPs**, na ordem de classificação;

**6.11.1.** Ocorrerá **empate** quando as propostas apresentadas pelas **ME/EPPs** for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada;

**6.11.2.** No caso de **equivalência dos valores** apresentados pelas **ME/EPPs**, que se encontrem no intervalo estabelecido no **subitem 6.11.1**, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**6.11.3.** A **ME/EPP** com proposta melhor classificada tem o direito de, no prazo de **5 (cinco) minutos**, controlados pelo Sistema, encaminhar última oferta, obrigatoriamente inferior àquela considerada primeira colocada, para o desempate, sob pena de preclusão. Na falta de manifestação ou desistência, o Sistema convocará as demais **ME/EPPs**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**6.12.** Não ocorrendo a hipótese prevista no **subitem 6.11**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**6.13.** Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável;

**6.14.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (*art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.15.** Quando solicitado pelo Pregoeiro, as **ME/EPPs** que optaram pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, deverá(ao) enviar a documentação comprobatória de que se enquadram como **ME/EPP**, tal qual refletido no Sistema, caso a consulta ao sítio da Receita Federal não seja suficiente para a comprovação, nos termos do **subitem 7.2, letra “c”**;

**6.16.** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

**6.16.1.** Persistindo a desconexão do pregoeiro por tempo superior a dez minutos, a sessão eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (*art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.18.** Para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital, o lance é considerado proposta.

## **7. PROPOSTA ESCRITA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Encerrada a etapa de lances, **a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar**, deverá encaminhar a proposta escrita, em arquivo único, no prazo de **1 (um) dia útil**, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet. Deverá constar desse anexo no mínimo a seguinte documentação:

**a)** proposta de preço escrita, firmada pelo representante legal, em papel timbrado ou personalizado do licitante, adequada ao lance eventualmente ofertado/negociado, acompanhada de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho com registro na DRT-PE e Acordo Coletivo de Trabalho (caso a empresa detenha juto ao Sindicato), identificada nas Planilhas de Custos e Formação de Preços, contendo:

**a.1)** Especificação do objeto da licitação (cf. **subitem 1.1** deste edital);

**a.2)** Preço mensal e global da proposta, em algarismos e por extenso;

**a.3)** Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da abertura deste Pregão, conforme **subitem 1.4**;

**b)** Planilhas de Custos e Formação de Preços, conforme **Anexo VI (A a E)** deste Edital, em formatação Word ou Excel, adequadas ao lance ofertado/negociado;

**c)** documentação de habilitação indicada no **subitem 10.3**;

**d)** certidão comprobatória do seu enquadramento como ME/EPP (Certidão Simplificada da Junta Comercial, válida, nos termos da IN nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio), se for o caso;

**10.1.1.** As Planilhas de Custos e Formação de Preços não devem conter omissão de quaisquer itens, nem ter atribuição de zero, inclusive no lucro, à exceção da reserva técnica. Observar estritamente os percentuais legalmente exigidos de tributos, encargos sociais e trabalhistas e apresentação conforme modelo (**Anexo VI** deste Edital);

**10.1.2.** Serão corrigidos quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, mantidas as parcelas, os fatores e/ou percentuais nas Planilhas de Custo e Formação de Preços;

**10.1.3.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada pelo pregoeiro para serem encaminhados ou entregues, **em até 2 (dois) dias úteis**, na Divisão de Licitações da UFPE, Avenida da Arquitetura, s/n, Campus Recife, Cidade Universitária, CEP 50740-550, Recife, PE, telefone: 81.2126.8034, no horário de 07h30min às 19h30min;

**10.1.4.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos que constam da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;

**10.1.5.** O licitante deve indicar na proposta escrita os dados bancários da empresa (nome e número do banco, nome e número da agência, número da conta corrente), para fins de pagamento, assim como os dados do representante legal (nacionalidade, estado civil, profissão e/ou função que ocupa na empresa, endereço residencial, RG e CPF) que assinará o Termo Contratual decorrente desta licitação, acompanhado de cópia do RG e CPF;

**10.1.6.** A Coordenação de Infraestrutura do CA da UFPE emitirá parecer sobre o acolhimento da documentação de qualificação técnica e proposta escrita, a Diretoria de Licitações e Contratos /PROGEST emitirá parecer técnico sobre as Planilhas de Custos e Formação de Preços e, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante;

**10.1.7.** Após a análise da proposta apresentada, caso esta, não seja aceitável, estando fora das especificações solicitadas, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro convocará as licitantes remanescente para envio da proposta, em ordem de classificação, obedecendo ao mesmo prazo no **subitem 10.1**;

**10.1.8.** A proposta da licitante remanescente será examinada, nos termos do **subitem 10.1.6**, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**10.2.** Não serão aceitas, sendo **desclassificadas**, as propostas escritas que (1) não atenderem às exigências do presente Edital e em seus anexos; (2) sejam omissas ou contenham vícios ou ilegalidades; (3) apresentem preços que sejam manifestamente inexequíveis; e (4) não vierem a comprovar sua exequibilidade;

**10.2.1.** Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação;

**10.2.2.** A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta;

**10.2.3.** Fica expressamente vedada qualquer **indexação de preços** por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos;

**10.3.** A licitante detentora da melhor oferta deverá enviar, no prazo indicado no **subitem 10.1** deste Edital, a seguinte documentação de habilitação:

**a) HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a.1)** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ocorridas até a data estabelecida para o envio virtual da proposta, e se sociedade por ações acrescentar documentos de eleição de seus administradores, bem como respectivas alterações, caso existam, igualmente lançadas no registro comercial competente;

**a.2)** Registro Geral – RG e Cadastro Pessoa Física dos diretores/gerentes.

**b) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**b.1)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, os quais poderão ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, que comprovem: **1.** patrimônio líquido, na data da apresentação da proposta de **R\$ 38.325,06** (trinta e oito mil trezentos e vinte cinco reais e seis centavos) correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, respectivamente, nos termos dos §§2º e 3º do Artigo 31 da Lei 8.666/93; **2.** índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um); e **3.** Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, **R\$ 63.849,55** (sessenta e três mil oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

**b.2)** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Liquidação Judicial ou de Execução Patrimonial, conforme o caso, dentro do prazo de validade previsto na própria Certidão, ou na omissão desta, expedida há menos de 90 (noventa) dias, contados da data do envio virtual da proposta;

**b.3)** Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo V** deste Edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante.

**b.3.1)** A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social;

**b.3.2)** Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

**c) REGULARIDADE FISCAL**

**c.1)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

**c.2)** Certidões negativas de débitos referentes aos Tributos, Seguridade Social, e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, probatórias de regularidade perante à Fazenda Nacional;

**c.3)** Certidões Negativas de Débitos para com as Fazendas Estadual e Municipal;

**c.4)** Prova de regularidade perante o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

**c.5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011, probatória da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

**d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**d.1)** Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que a empresa licitante executou serviços compatíveis em características, quantitativos e prazos com o objeto licitado;

**d.2)** A licitante deverá declarar formalmente que disponibilizará escritório na Região Metropolitana do Recife, (caso não possua), com equipe de apoio necessário, após **15 (quinze) dias** da homologação do certame licitatório;

**7.4.** Para o licitante cadastrado e habilitado parcialmente no SICAF, dispensa-se a apresentação da documentação exigida somente nas letras “a”, “c.1”, “c.2”, “c.3”, “c.4” do **subitem 7.3**, ressalvado o disposto no **subitem 7.4.1**, **devendo ser apresentada a documentação relativa a letra “b”, “c.5” e “d” acima**, necessariamente;

**7.4.1.** O licitante credenciado e habilitado parcialmente no SICAF com documentação irregular e/ou vencida perante o Sistema deve enviar eletronicamente, juntamente com a proposta escrita, a documentação respectiva;

**7.4.2.** Licitante cadastrado, mas com habilitação parcial inexistente no SICAF, deve enviar eletronicamente, juntamente com a proposta escrita, a documentação necessária à habilitação parcial (**letras “b” e “c.3” do subitem 7.3**);

**7.5.** Para fins de habilitação, a verificação pela UFPE nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (*art. 25, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**7.6.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

**7.7.** No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (*art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**7.8.** Não serão considerados os documentos:

- a) por cópia não autenticada;
- b) não solicitados.

**7.9.** As cópias dos documentos poderão ser autenticadas por qualquer servidor da Divisão de Licitações da UFPE, mediante a apresentação dos originais;

**7.10.** Serão inabilitadas as empresas que não atenderem às exigências do **subitem 7.3**;

**7.11.** O licitante **qualificado como ME ou EPP com restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal**, tão logo declarado vencedor do certame, disporá de dois dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**7.12.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento na condição de ME ou EPP, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital (*Art. 21, § 3º, do decreto nº 5.450/2005*).

## **8. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**8.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (*art. 26 do Decreto nº 5.450/2005*);

**8.1.1.** Só serão aceitos recursos e contra-razões encaminhados via COMPRASNET;

**8.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem imediatamente anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (*art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**8.3.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (*art. 26, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**8.4.** Da decisão que reconhecer a qualidade de ME ou EPP aos optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, caberá recurso.

**8.5.** Os autos do processo, caso não estejam em tramitação, permanecerão com vistas franqueadas às interessadas na **Divisão de Licitações da UFPE**, Campus Universitário, Recife, PE, telefone: 0xx81.2126.8034.

## **9. ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO / CONTRATO**

**9.1.** A adjudicação será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso, caso contrário, pelo Magnífico Reitor, a quem caberá também a homologação;

**9.2.** Homologado o procedimento licitatório, o licitante adjudicatário será convocado, por escrito, para no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, assinar o Contrato, **Anexo VII** deste Edital, oportunidade em que se exigirá a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante o período de cumprimento das obrigações pactuadas;

**9.2.1.** O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, quando solicitado



pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela UFPE;

**9.2.2.** No ato da assinatura do contrato, apresentar a documentação de identificação (CPF e RG) de quem assinará o Termo de Contrato e confirmar, se for o caso, os dados bancários da empresa (número e nome do banco, número e nome da agência e conta corrente);

**9.3.** Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação das condições de habilitação ou quando recusar-se a assinar o Contrato poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no instrumento contratual e das demais cominações legais (*art. 27, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**9.4.** A UFPE providenciará previamente à assinatura do Contrato, sem ônus para o licitante vencedor do certame, quando for o caso, o seu cadastramento perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, após reexame da documentação apresentada nos termos do **subitem 7.3** (*letras “a”, “b” e “c”*), devidamente atualizada;

**9.5.** Correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como as necessárias para a completa execução do mesmo, exceto a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, esta de responsabilidade da UFPE;

**9.6.** Ocorrendo o previsto no **subitem 2.4.1**, a contratada deverá apresentar cópia do ofício, enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (Instrução Normativa nº 3, e 16 de outubro de 2009);

**9.7.** O contrato a ser firmado terá a vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, a critério único e exclusivo da UFPE, não podendo exceder o prazo de 60 (sessenta) meses em sua totalidade.

**9.8.** Em caso de prorrogação contratual, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão eliminados como condição para a renovação (Instrução Normativa nº 3, e 16 de outubro de 2009);

**9.9.** A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada (Instrução Normativa nº 3, e 16 de outubro de 2009).

**9.10.** Caso haja viabilidade de implantação da conta vinculada nas renovações futuras advindas do contrato, **Anexo VII** deste Edital, a UFPE providenciará aditivo contratual com cláusulas referentes à conta vinculada, conforme previsto no art. 19-A da Instrução Normativa 06/2013/MPOG, de 23 de dezembro/2013.

## **10. GARANTIA CONTRATUAL**

**10.1.** Consta da Minuta do Contrato, na Cláusula Décima.

## **11. OBRIGAÇÕES / REPACTUAÇÃO / RESCISÃO CONTRATUAL**

**11.1.** As obrigações, repactuação e rescisão contratuais estão previstas na minuta contratual, **Anexo VII** deste Edital.

## **12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será mensal, mediante depósito em conta bancária indicada pela Contratada, efetuando-se no prazo de até **20 (vinte)** dias úteis, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela e da data de apresentação da Fatura ou Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor;

**12.2.** As Notas Fiscais ou Faturas deverão ser obrigatoriamente acompanhadas:

**a)** do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28/4/1995;

**b)** da regularidade fiscal, constatada através de consulta “*on-line*” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei nº 8.666/93; e

**c)** do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura paga pela Administração;

**12.2.** A fatura que for apresentada com erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no **subitem 12.1**, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da

reapresentação;

**12.3.** Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação;

**12.3.1** Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé ou incapacidade de corrigir a situação, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo, sem prejuízo das sanções cabíveis;

**12.3.2.** Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual;

**12.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula (§ 4º do Art. 36 da IN SLTI/MP nº 2/2008):

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

**EM = I x N x VP**, onde:

**I** – Índice de atualização financeira;

**TX** - Percentual da taxa de juros de mora anual;

**EM** – Encargos moratórios;

**N** – Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** – Valor da parcela em atraso.

**12.5.** Uma vez apurado, no curso da contratação, que a contratada cresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a tributos não incidentes sobre a realização dos serviços contratados, a UFPE exigirá a imediata exclusão desses valores, com a consequente redução dos preços e reembolso de valores devidos porventura pagos à contratada;

**12.6.** Na hipótese de aumento ou redução do quantitativo contratado, o valor do Contrato será correspondentemente aumentado ou diminuído, com base no custo do posto de serviço, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços integrante da proposta da Contratada.

### **13. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais (*art. 28 do Decreto nº 5.450/2005*);

**13.2.** Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial deste contrato e o descumprimento de qualquer cláusula nele estabelecido, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades:

**I** – Advertência;

**II** – Multa na forma estabelecida no **subitem 13.3**;

**III** – Suspensão temporária de participar de processos licitatórios e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a **02 (dois)** anos;

**IV** – Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

**13.2.1.** As penalidades previstas nos *incisos I, III e IV do caput* poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no *inciso II do mesmo caput*, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação;

**13.3.** Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos, por:

**I – Atraso** na execução dos serviços: **0,2% (dois décimos por cento)**, por dia de atraso, sobre o valor global da proposta;

**II – Descumprimento** de qualquer outra condição ajustada: **2% (dois por cento)** sobre o valor global da proposta;

**III – Recusa** injustificada em retirar ou assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido: **10% (dez por cento)** do valor global da proposta.

**13.4.** No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês.

**13.5.** Será considerada falta grave, compreendendo como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sócias previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, podendo ensejar à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da sanção pecuniária no **subitem 13.3** e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 (Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);

**13.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (*art. 28, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*);

**13.7.** Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no *capítulo IV* da Lei nº 8.666/93, no que couber.

**13.8.** Os atos administrativos de aplicação das sanções, inclusive rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

#### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1.** À UFPE cabe o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme disposto no *artigo 29 do Decreto nº 5.450/2005*;

**14.1.1.** A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato e não ensejará direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé (*art. 29, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**14.2.** A sessão pública deste Pregão poderá ser suspensa a qualquer momento, a critério do Pregoeiro, por motivo a ser registrado no Sistema eletrônico;

**14.2.1.** No caso de suspensão da sessão pública, o Pregoeiro informará o dia e o horário em que reabrirá a sessão visando o prosseguimento das etapas subsequentes. O não comparecimento do licitante às sessões virtuais subsequentes não ensejará reclamações, não obstará o prosseguimento dos trabalhos do Pregoeiro, nem repercutirá sobre as decisões que este proferir;

**14.2.2.** Caso não seja possível reabrir a sessão pública no dia e horário estabelecidos por impossibilidade de acesso à Internet e/ou ao sítio Comprasnet, o Pregoeiro lançará aviso no referido sítio informando novos dia e horário para reabertura.

**14.3.** No caso de eventual divergência entre este Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro;

**14.4.** Os recursos destinados para atender as despesas decorrentes da licitação ora proposta são provenientes do **Programa de Trabalho:** 12.364.2032.20RK.0026 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Pernambuco; **Fontes de Recursos:** Tesouro/Próprio; **Elemento de Despesa:** 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme LOA 2015 nº 13.115 de 20/04/2015, DOU de 22/04/2015;

**14.4.1.** As despesas com a contratação dos exercícios seguintes, durante a vigência do contrato, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente, com indicação em termo Aditivo do Contrato;

**14.5.** Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, cabendo ao pregoeiro examinar e decidir no prazo de 24 horas (*art. 18 do Decreto nº 5.450/2005*);

**14.5.1.** A impugnação, com identificação deste Pregão e respectivo processo administrativo, poderá ser enviada ao

Pregoeiro por meio eletrônico, via Internet, no endereço indicado no **subitem 14.6** deste edital;

**14.5.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame (*art. 18, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*).

**14.6.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, no seguinte endereço: **pregoeiros@ufpe.br**, com identificação deste Pregão e respectivo processo administrativo (*art. 19 do Decreto nº 5.450/2005*);

**14.7.** Os avisos e respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio **www.comprasnet.gov.br**, no link **acesso livre > pregões > agendados** ou no menu principal, no link: **visualizar impugnações > esclarecimentos > aviso**;

**14.8.** Dúvidas no encaminhamento da proposta eletrônica poderão ser dirimidas em consulta ao manual disponibilizado para os fornecedores no link: **publicações > manuais > pregão > pregão eletrônico – fornecedor**; ou pelo telefone **0800.9782329** ou e-mail: **comprasnet@planejamento.gov.br** ou utilizando-se o SIMULADOR disponível no **www.comprasnet.gov.br** > TUTORIAL INFORMATIVO PREGÃO ELETRÔNICO FORNECEDOR;

**14.9.** As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (*Artigo 5º, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*);

**14.10.** Cabe ao Pregoeiro decidir as questões resultantes do procedimento da licitação, competindo-lhe inclusive a interpretação deste Edital;

**14.11.** Disponibilização do Edital: ***https://www.comprasnet.gov.br/***;

**14.12.** Os interessados podem acompanhar a tramitação do processo referente à presente licitação no sítio **www.ufpe.br** - opção Links Rápidos – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS;

**14.13.** As publicações referentes aos eventos licitatórios podem ser obtidas no *sítio* **http://www.in.gov.br/** (Imprensa Nacional, D.O.U., seção 3);

**14.14.** Integram este instrumento: **Anexo I** – Termo de Conciliação Judicial; **Anexo II** – Especificação e Local dos Serviços; **Anexo III** – Acordo dos Níveis de Serviços; **Anexo IV** – Atestado de Vistoria; **Anexo V** – Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública; **Anexo VI** - Planilhas de Custos e Formação de Preços e **Anexo VII** – Minuta Contratual.

**Recife, 19 de Janeiro de 2017.**

**MARÍLIA B. DE LIMA PEQUENO**  
**Coordenadora de Licitações**  
**SIAPE 1650594**

## ANEXO I DO EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017

#### TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

**CONSIDERANDO** que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que a legislação consolidada em seu *art. 9º*, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

**CONSIDERANDO** que as sociedades cooperativas, segundo a *Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, art. 4º*, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

**CONSIDERANDO** que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária (*art. 86, da Lei n. 5.764/71*), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

**CONSIDERANDO** que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do *merchandise* é vedada pelo *art. 3º da CLT* e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

**CONSIDERANDO** que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (*arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal*);

**CONSIDERANDO** que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do *art. 3º da CLT* na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

**CONSIDERANDO** o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

#### RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) *Serviços de limpeza;*
- b) *Serviços de conservação;*
- c) *Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;*
- d) *Serviços de recepção;*
- e) *Serviços de copeiragem;*
- f) *Serviços de reprografia;*
- g) *Serviços de telefonia;*
- h) *Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;*
- i) *Serviços de secretariado e secretariado executivo;*
- j) *Serviços de auxiliar de escritório;*

- k) *Serviços de auxiliar administrativo;*
- l) *Serviços de office boy (contínuo);*
- m) *Serviços de digitação;*
- n) *Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;*
- o) *Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;*
- p) *Serviços de ascensorista;*
- q) *Serviços de enfermagem; e*
- r) *Serviços de agentes comunitários de saúde.*

**Parágrafo Primeiro** – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

**Parágrafo Segundo** – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

**Parágrafo Primeiro** - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

**Parágrafo Segundo** – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

**Parágrafo Terceiro** - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

#### **DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

**CLÁUSULA QUARTA** – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**Parágrafo Primeiro** – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

#### **DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

**CLÁUSULA QUINTA** – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

#### **DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

**CLÁUSULA SEXTA** – *As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.*

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

**Parágrafo único** – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

**CLÁUSULA OITAVA** – A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**

Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO**

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

*Testemunhas:*

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**

Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE

**REGINA BUTRUS**

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL** celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, homologado em 5 de junho de 2003.

**ANEXO II DO EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017**

**ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVO, LOCAL E POSTOS DOS SERVIÇOS DOS POSTOS**

TIPO DE POSTO	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS POR POSTOS
POSTO TIPO 1	Segunda à sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 06:00h às 10:00h (44h semanais)	02
POSTO TIPO 2	Segunda à sexta, das 15:00h às 00:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 14:00h às 18:00h (44h semanais)	02
POSTO TIPO 3	Segunda à sexta, das 10:00h às 20:00h (02 horas de intervalo por dia) e sábado das 10:00h às 14:00h (44h semanais)	01
POSTO TIPO 4	Segunda à sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 06:00h às 10:00h (44h semanais)	01
POSTO TIPO 5	Segunda à sexta, das 14:00h às 23:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 10:00h às 14:00h (44h semanais)	01

**LOCAIS E POSTOS DE SERVIÇOS**

TIPO DE POSTO	LOCAIS	QT. DE POSTOS
Tipo 1	Acesso principal ao CAV	01
Tipo 2	Acesso principal ao CAV	01
Tipo 1	Acesso secundário do CAV	01
Tipo 2	Acesso secundário do CAV	01
Tipo 4	Prédio - Anexo do CAV	01
Tipo 5	Prédio - Anexo do CAV	01
*Tipo 3	Acesso principal do CAV-	01

**\*OBS: POSTO DIFERENCIADO- O funcionário/posto irá substituir TODOS os funcionários dos OUTROS TIPOS DE POSTOS nos intervalos das refeições.**

**ANEXO II - A  
ENDEREÇOS**

Nº	LOCAIS	ENDEREÇO - CAMPUS VITÓRIA
1.	Acesso principal ao CAV	Rua: Alto do Reservatório, s/n- Bairro: Bela Vista-Vitória de Santo Antão/PE- CEP: 55.608-680
2.	Acesso secundário do CAV	Rua: Alto do Reservatório, s/n- Bairro: Bela Vista-Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.608-680
3.	Prédio - Anexo do CAV	Rua: Dr. João Moura, nº 92- Bairro: Matriz-Vitória de Santo Antão/PE- CEP: 55.612-440



**ANEXO III DO EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017**

**ACORDO DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS**

<b>Indicador</b>	
<b>Nº + Título do Indicador que será utilizado</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a integridade do patrimônio e segurança aos servidores, discentes e demais usuários dos serviços da UFPE.
<b>Meta a cumprir</b>	24h
<b>Instrumento de medição</b>	Postos de Serviço: Assiduidade, pontualidade e atendimento aos procedimentos.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Registro de ocorrências
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Verificação individualizada dos serviços prestados em cada posto de serviço. (Nº de Postos x Valor do Posto)
<b>Início de vigência</b>	Data de Assinatura do Contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Por número de postos e tipos
<b>Sanções</b>	<p>Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos por:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atraso na execução dos serviços: <b>0,2%</b> (zero vírgula dois por cento) sobre o valor global do CONTRATO, por dia, durante o primeiro mês, e <b>0,3%</b> (zero vírgula três por cento) para cada dia dos meses subsequentes;</li> <li>2. Descumprimento de qualquer outra condição ajustada: <b>0,2%</b> (zero vírgula dois por cento) sobre o valor global da proposta;</li> <li>3. Rescindir injustificadamente este contrato ou der causa a sua rescisão: <b>10%</b> (dez por cento) do valor global do mesmo;</li> <li>4. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada dívida, consoante o § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;</li> <li>5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber.</li> </ol> <p>Os atos administrativos de aplicação das sanções, inclusive rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.</p> <p>A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento.</p>
<b>Observações</b>	

**ANEXO IV DO EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017**

**ATESTADO DE VISTORIA**

Declaramos que realizamos a vistoria nas dependências do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE onde serão realizados os serviços objeto deste Edital. Tendo tomado conhecimento de todas as condições de trabalho, localização dos postos de serviços, etc.

Local:

Data:

---

Nome legível do representante da empresa

CPF

RG.

---

Nome do representante da UFPE

CPF

RG.

**ANEXO V DO EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017**

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

ANEXO VI DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017

PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	
Licitação nº	

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Sindicato da Categoria	
D	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
E	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço

TIPO DE POSTO	LOCAL DOS SERVIÇOS	Nº DE POSTOS
POSTO TIPO 1	Segunda à sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) sábado das 06:00h às 10:00h. (44h semanais), envolvendo 02 porteiros)	1
POSTO TIPO 2	Segunda à Sexta, das 15:00h às 00:00h (01 hora de intervalo por dia) sábado das 14:00h às 18:00h. (44h semanais), envolvendo 02 porteiros)	1
POSTO TIPO 3	Segunda à Sexta, das 10:00h às 20:00h (02 horas de intervalo por dia) sábado das 10:00h às 14:00h. (44h semanais), envolvendo 01 porteiro)	1
POSTO TIPO 4	Segunda à Sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) sábado das 06:00h às 10:00h. (44h semanais), envolvendo 01 porteiro)	1
POSTO TIPO 5	Segunda à Sexta, das 14:00h às 23:00h (01 hora de intervalo por dia) sábado das 10:00h às 14:00h. (44h semanais), envolvendo 01 porteiro)	1

GLOSSÁRIO

DEFINIÇÕES DE TERMOS UTILIZADOS NAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, conforme IN/SLTI/MP nº 02/2008, de 30 de abril de 2008, alterada pelas IN/SLTI/MP nº 03, de 15 de outubro de 2009, IN/SLTI/MP nº 04, de 11 de novembro de 2009 e IN/SLTI/MP nº 05, de 18 de dezembro de 2009, e Portaria nº 7, de 09 de março de 2011.

**SALÁRIO** é o valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou lei, ou ainda, quando da não existência destes, poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

**REMUNERAÇÃO** é o salário base percebido pelo profissional em contrapartida pelos serviços prestados mais os adicionais cabíveis, tais como hora extra, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional de tempo de serviço, adicional de risco de vida e demais que se fizerem necessários.

**ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** são os custos de mão de obra decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, estimados em função das ocorrências verificadas na empresa e das peculiaridades da contratação, calculados mediante incidência percentual sobre a remuneração.

**INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA** são os custos decorrentes da execução dos serviços, relativos aos benefícios efetivamente concedidos aos empregados, tais como transporte, seguros de vida e de saúde, alimentação, treinamento, e ainda custos relativos a uniformes, entre outros.

**RESERVA TÉCNICA** são os custos decorrentes de substituição de mão de obra quando da ocorrência de atrasos ou faltas que não sejam amparadas por dispositivo legal e, ainda, abonos e outros, de forma a assegurar a perfeita execução contratual. Este custo é calculado para cobertura não discriminada no cálculo da remuneração mediante incidência percentual sobre o somatório da remuneração, encargos sociais e trabalhistas e insumos de mão de obra.

**INSUMOS DIVERSOS** são os custos relativos a materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.

**DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS** são os custos indiretos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório da remuneração, encargos sociais e trabalhistas, insumos de mão de obra e insumos diversos, tais como as despesas relativas a:

- a) funcionamento e manutenção da sede, tais como aluguel, água, luz, telefone, o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, dentre outros;
- b) pessoal administrativo;
- c) material e equipamentos de escritório;
- d) supervisão de serviços; e
- e) seguros.

**LUCRO** é o ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre a remuneração, encargos sociais e trabalhistas, insumos de mão de obra, insumos diversos e despesas operacionais e administrativas.

**TRIBUTOS** são os valores referentes ao recolhimento de impostos, e contribuições incidentes sobre o faturamento, conforme estabelecido pela legislação vigente.

---

#### **Observações:**

Nos termos do Art. 13 da IN/SLTI/MP nº 02/2008, alterada pelas IN/SLTI nº 03, de 15 de outubro de 2009, IN/SLTI/MP nº 04, de 11 de novembro de 2009 e IN/SLTI/MP nº 05, de 18 de dezembro de 2009, a Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

### **1 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES QUE DEVERÃO SER CONSIDERADAS NO PREENCHIMENTO DAS PLANILHAS DE CUSTO**

**1.1** A planilha apresentada serve apenas de parâmetro, cabendo as licitantes confeccionarem as próprias planilhas, levando ainda em consideração, o disposto na Instrução Normativa nº 02/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;

**1.2** Todos os itens cotados na planilha deverão apresentar memória de cálculo, mostrando a forma de como a empresa chegou ao preço ofertado, devendo, ainda, apresentar comprovações dos valores existentes na memória de cálculo e/ou indicar a Legislação pertinente;

**1.3** A empresa deverá também apresentar a memória de cálculo da Reserva Técnica, indicando todos os itens e a sua composição;

- 1.4** As parcelas negociáveis serão revistas após o primeiro ano de vigência do contrato. A incidência e o percentual atribuído ao “aviso prévio trabalhado”, desde que seja atribuído para este item o seu percentual total, serão pagos integralmente no primeiro ano, razão pela qual **não** constarão da planilha, após decorrido esse período;
- 1.5** Quando das férias dos funcionários que prestaram serviços à Contratante, através da Contratada, a empresa deverá providenciar funcionário para substituição do que se encontrar em gozo de férias;
- 1.6** A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, apresentada pela empresa vencedora de menor preço, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta. Cabendo a empresa comprovar justificadamente os valores ofertados na planilha;
- 1.7** A apresentação de proposta, por parte da licitante, implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas na mesma, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos. O descumprimento acarretará as sanções legais pertinentes;
- 1.8** Os custos são aqueles definidos no Termo de Referência e encontram-se compatíveis com a média dos praticados por outros órgãos e com o mercado local, atendendo ao critério de capacitação, singularidade e expertise dos trabalhos realizados. A empresa deverá apresentar a Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo apropriados à sua mão de obra;
- 1.9** Apenas a licitante vencedora de menor preço deverá apresentar a planilha de custos e formação de preços, a memória de cálculos solicitada e a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, apresentando também a cópia do acordo coletivo, ou convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará o serviço;
- 1.10** O valor mensal para o vale-refeição é o estabelecido na Convenção ou Dissídio Coletivo da Categoria - considerar ida e vinda ao posto de trabalho;
- 1.11** Para o valor do vale-transporte, este deverá cobrir o percurso compreendido do local de residência/local de trabalho e vice-versa, para cada funcionário de segunda a sexta-feira.
- 1.12** É vedado o pagamento de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no instrumento convocatório.

ANEXO VI DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017

PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS  
POSTO TIPO 1

ANEXO VI - A - MÃO DE OBRA

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional noturno	
C	Hora noturna adicional	
D	Adicional de hora-extra	
E	Outros (especificar)	
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 2 : BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Vale Transporte	
B	Auxílio Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>	<b>R\$ -</b>

Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**MÓDULO 3 : INSUMOS DIVERSOS**

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
---	------------------	-------------

A	Uniformes		
C	Equipamentos		
E	Equipamentos		
F	Outros (especificar)		
<b>Total de insumos Diversos</b>			<b>R\$ -</b>

Nota: Valores mensais por empregado.

#### MÓDULO 4 : ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

##### Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS:

4.1 Encargos previdenciários e FGTS		%	R\$
1	INSS		
2	SESI ou SESC		
3	SENAI ou SENAC		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	Seguro Acidente do Trabalho		
8	SEBRAE		
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

##### Submódulo - 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

4.2	13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º Salário		
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário		
<b>TOTAL</b>			<b>% R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.3 - Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade		Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade		
<b>TOTAL</b>			<b>% R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.4 - Provisão para Rescisão

4.4	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)



A	Aviso prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Submódulo - 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausências por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		
4.2	13º Salário + Adicional de Férias		
4.3	Afastamento Maternidade		
4.4	Provisão para Rescisão		
4.5	Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.6	Outros (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### MÓDULO 5 : CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		

C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Custos Indiretos e Lucro por empregado.

100,0%

índice: Fórmula =  
1 - (total de  
tributos% / 100%)

Nota (2) - O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

#### ANEXO VI - B

##### Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal ( A + B + C + D )		
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, tributos e lucro	
<b>Valor total por empregado</b>		<b>R\$ -</b>

#### ANEXO VI - C

##### Quadro-resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregado por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
<b>Posto Tipo 1</b>	Segunda à sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 06:00h às 10:00h. (44h semanais), envolvendo 02 porteiros.	R\$ -	2	R\$ -	1	R\$ -
<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS ( I + II + III + ... )</b>						<b>R\$ -</b>

#### ANEXO VI - D

##### Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Valor Global da Proposta		
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	R\$ -
B	Valor mensal do serviço	R\$ -
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato)	<b>R\$ -</b>

Nota (1): Informar o valor por unidade de medida por tipo de serviço.

**ANEXO VI DO EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017**

**POSTO TIPO 2**

**ANEXO VI - B - MÃO DE OBRA**  
**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

<b>Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra</b>		
<b>1</b>	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
<b>2</b>	Salário Normativo da Categoria Profissional	
<b>3</b>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
<b>4</b>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário Base	
B	Adicional noturno	
C	Hora noturna adicional	
D	Adicional de hora-extra	
E	Outros (especificar)	
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 2 : BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS**

<b>2</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Vale Transporte	
B	Auxílio Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>	<b>R\$ -</b>

Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**MÓDULO 3 : INSUMOS DIVERSOS**

<b>3</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	

C	Equipamentos		
E	Equipamentos		
F	Outros (especificar)		
<b>Total de insumos Diversos</b>			<b>R\$ -</b>

Nota: Valores mensais por empregado.

#### MÓDULO 4 : ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

##### Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS:

<b>4.1 Encargos previdenciários e FGTS</b>		<b>%</b>	<b>R\$</b>
1	INSS		
2	SESI ou SESC		
3	SENAI ou SENAC		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	Seguro Acidente do Trabalho		
8	SEBRAE		
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

##### Submódulo - 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

<b>4.2</b>	<b>13º Salário e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º Salário		
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.3 - Afastamento Maternidade

<b>4.3</b>	<b>Afastamento Maternidade</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.4 - Provisão para Rescisão

<b>4.4</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso prévio Indenizado		

B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Submódulo - 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	
A	Férias e terço constitucional de férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausências por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)	
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		
4.2	13º Salário + Adicional de Férias		
4.3	Afastamento Maternidade		
4.4	Provisão para Rescisão		
4.5	Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.6	Outros (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### MÓDULO 5 : CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		

C.3	Tributos Municipais (especificar)		
<b>TOTAL</b>		%	
<b>TOTAL</b>		%	<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Custos Indiretos e Lucro por empregado.

100,0%

índice: Fórmula =  
1 - (total de  
tributos% / 100%)

Nota (2) - O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

#### ANEXO VI - B

##### Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal ( A + B + C + D )		
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, tributos e lucro	
<b>Valor total por empregado</b>		<b>R\$ -</b>

#### ANEXO VI - C


##### Quadro-resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregado por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
<b>Posto Tipo 2</b>	Segunda à Sexta, das 15:00h às 00:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 14:00h às 18:00h. (44h semanais), envolvendo 02 porteiros.	R\$ -	2	R\$ -	1	R\$ -
<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS ( I + II + III + ... )</b>						<b>R\$ -</b>

#### ANEXO VI - D

##### Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Valor Global da Proposta		
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	R\$ -
B	Valor mensal do serviço	R\$ -
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato)	<b>R\$ -</b>



Nota (1): Informar o valor por unidade de medida por tipo de serviço.



**ANEXO VI DO EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017**

**POSTO TIPO 3**

**ANEXO VI - C - MÃO DE OBRA**  
**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

<b>Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra</b>		
<b>1</b>	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
<b>2</b>	Salário Normativo da Categoria Profissional	
<b>3</b>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
<b>4</b>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário Base	
B	Adicional noturno	
C	Hora noturna adicional	
D	Adicional de hora-extra	
E	Outros (especificar)	
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 2 : BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS**

<b>2</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Vale Transporte	
B	Auxílio Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>	<b>R\$ -</b>

Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**MÓDULO 3 : INSUMOS DIVERSOS**

<b>3</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	

C	Equipamentos		
E	Equipamentos		
F	Outros (especificar)		
<b>Total de insumos Diversos</b>			<b>R\$ -</b>

Nota: Valores mensais por empregado.

#### MÓDULO 4 : ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

##### Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS:

<b>4.1 Encargos previdenciários e FGTS</b>		<b>%</b>	<b>R\$</b>
1	INSS		
2	SESI ou SESC		
3	SENAI ou SENAC		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	Seguro Acidente do Trabalho		
8	SEBRAE		
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

##### Submódulo - 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

<b>4.2</b>	<b>13º Salário e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º Salário		
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário		
<b>TOTAL</b>			<b>% R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.3 - Afastamento Maternidade

<b>4.3</b>	<b>Afastamento Maternidade</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade		
<b>TOTAL</b>			<b>% R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.4 - Provisão para Rescisão

<b>4.4</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso prévio Indenizado		

B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Submódulo - 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	
A	Férias e terço constitucional de férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausências por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)	
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		
4.2	13º Salário + Adicional de Férias		
4.3	Afastamento Maternidade		
4.4	Provisão para Rescisão		
4.5	Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.6	Outros (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### MÓDULO 5 : CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		

C.3	Tributos Municipais (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Custos Indiretos e Lucro por empregado.

100,0%

índice: Fórmula =  
1 - (total de  
tributos% / 100%)

Nota (2) - O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

#### ANEXO VI - B

##### Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal ( A + B + C + D )		
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, tributos e lucro	
<b>Valor total por empregado</b>		<b>R\$ -</b>

#### ANEXO VI - C

##### Quadro-resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregado por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)	
<b>Posto Tipo 3</b>	Segunda à Sexta, das 10:00h às 20:00h (02 horas de intervalo por dia) e sábado das 10:00h às 14:00h. (44h semanais), envolvendo 01 porteiro.	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS ( I + II + III + ... )</b>					<b>R\$ -</b>	

#### ANEXO VI - D

##### Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Valor Global da Proposta		
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	R\$ -
B	Valor mensal do serviço	R\$ -
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato)	<b>R\$ -</b>

Nota (1): Informar o valor por unidade de medida por tipo de serviço.

**ANEXO VI DO EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017**

**POSTO TIPO 4**

**ANEXO VI - D - MÃO DE OBRA**  
**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

<b>Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra</b>		
<b>1</b>	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
<b>2</b>	Salário Normativo da Categoria Profissional	
<b>3</b>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
<b>4</b>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário Base	
B	Adicional noturno	
C	Hora noturna adicional	
D	Adicional de hora-extra	
E	Outros (especificar)	
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 2 : BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS**

<b>2</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Vale Transporte	
B	Auxílio Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>	<b>R\$ -</b>

Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**MÓDULO 3 : INSUMOS DIVERSOS**

<b>3</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	

C	Equipamentos		
E	Equipamentos		
F	Outros (especificar)		
<b>Total de insumos Diversos</b>			<b>R\$ -</b>

Nota: Valores mensais por empregado.

#### MÓDULO 4 : ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

##### Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS:

<b>4.1 Encargos previdenciários e FGTS</b>		<b>%</b>	<b>R\$</b>
1	INSS		
2	SESI ou SESC		
3	SENAI ou SENAC		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	Seguro Acidente do Trabalho		
8	SEBRAE		
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

##### Submódulo - 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

<b>4.2</b>	<b>13º Salário e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º Salário		
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.3 - Afastamento Maternidade

<b>4.3</b>	<b>Afastamento Maternidade</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.4 - Provisão para Rescisão

<b>4.4</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso prévio Indenizado		

B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Submódulo - 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	
A	Férias e terço constitucional de férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausências por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)	
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		
4.2	13º Salário + Adicional de Férias		
4.3	Afastamento Maternidade		
4.4	Provisão para Rescisão		
4.5	Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.6	Outros (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### MÓDULO 5 : CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		

C.3	Tributos Municipais (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Custos Indiretos e Lucro por empregado.

100,0%

índice: Fórmula =  
1 - (total de  
tributos% / 100%)

Nota (2) - O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

#### ANEXO VI - B

##### Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal ( A + B + C + D )		
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, tributos e lucro	
<b>Valor total por empregado</b>		<b>R\$ -</b>

#### ANEXO VI - C

##### Quadro-resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregado por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
<b>Posto Tipo 4</b>	Segunda à Sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 06:00h às 10:00h. (44h semanais), envolvendo 01 porteiro.	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS ( I + II + III + ... )</b>						<b>R\$ -</b>

#### ANEXO VI - D

##### Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Valor Global da Proposta		
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	R\$ -
B	Valor mensal do serviço	R\$ -
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato)	<b>R\$ -</b>

Nota (1): Informar o valor por unidade de medida por tipo de serviço.



**ANEXO VI DO EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017**

**POSTO TIPO 5**

**ANEXO VI - E - MÃO DE OBRA**  
**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

<b>Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra</b>		
<b>1</b>	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
<b>2</b>	Salário Normativo da Categoria Profissional	
<b>3</b>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
<b>4</b>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário Base	
B	Adicional noturno	
C	Hora noturna adicional	
D	Adicional de hora-extra	
E	Outros (especificar)	
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>R\$ -</b>

**MÓDULO 2 : BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS**

<b>2</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Vale Transporte	
B	Auxílio Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>	<b>R\$ -</b>

Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**MÓDULO 3 : INSUMOS DIVERSOS**

<b>3</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	

C	Equipamentos		
E	Equipamentos		
F	Outros (especificar)		
<b>Total de insumos Diversos</b>			<b>R\$ -</b>

Nota: Valores mensais por empregado.

#### MÓDULO 4 : ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

##### Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS:

<b>4.1 Encargos previdenciários e FGTS</b>		<b>%</b>	<b>R\$</b>
1	INSS		
2	SESI ou SESC		
3	SENAI ou SENAC		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	Seguro Acidente do Trabalho		
8	SEBRAE		
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

##### Submódulo - 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

<b>4.2</b>	<b>13º Salário e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º Salário		
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.3 - Afastamento Maternidade

<b>4.3</b>	<b>Afastamento Maternidade</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

##### Submódulo - 4.4 - Provisão para Rescisão

<b>4.4</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso prévio Indenizado		

B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Submódulo - 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	
A	Férias e terço constitucional de férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausências por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)	
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		
4.2	13º Salário + Adicional de Férias		
4.3	Afastamento Maternidade		
4.4	Provisão para Rescisão		
4.5	Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.6	Outros (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

#### MÓDULO 5 : CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		

C.3	Tributos Municipais (especificar)		
<b>TOTAL</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

Nota (1) - Custos Indiretos e Lucro por empregado.

100,0%

índice: Fórmula =  
1 - (total de  
tributos% / 100%)

Nota (2) - O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

#### ANEXO VI - B

##### Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal ( A + B + C + D )		
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, tributos e lucro	
<b>Valor total por empregado</b>		<b>R\$ -</b>

#### ANEXO VI - C

##### Quadro-resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregado por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
<b>Posto Tipo 5</b>	Segunda à Sexta, das 14:00h às 23:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 10:00h às 14:00h. (44h semanais), envolvendo 01 porteiro.	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS ( I + II + III + ... )</b>						<b>R\$ -</b>

#### ANEXO VI - D

##### Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Valor Global da Proposta		
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	R\$ -
B	Valor mensal do serviço	R\$ -
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato)	<b>R\$ -</b>

Nota (1): Informar o valor por unidade de medida por tipo de serviço.

**ANEXO VII DO EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017**

**MINUTA CONTRATUAL**

**Contrato nº ...../2017,**  
entre a Universidade Federal de Pernambuco e .....

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, CNPJ nº. 24.134.488/0001-08, autarquia vinculada ao Ministério da Educação com sede à Av. Prof. Moraes Rego, nº. 1235 - Cidade Universitária, Recife, Pernambuco, representada, nos termos do art. 33, alínea f, de seu Estatuto, por seu Reitor, Anísio Brasileiro de Freitas Dourado, CPF nº 127.044.234-15, RG 1.065.220 SSP/PE, brasileiro, casado, doravante denominada UFPE, e, ....., CNPJ nº. ...., com sede à....., representada por ..... (qualificação e endereço) doravante denominada CONTRATADA, com base no Decreto nº 2.271/1997, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008 e alterações, atualizada, e demais normas que dispõem sobre a matéria, ajustam o presente contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA 1ª. OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de controle, operação e fiscalização de portarias em edifícios no Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco, conforme Postos de Serviços e locais discriminados abaixo:

<b>TIPO DE POSTO</b>	<b>LOCAL DOS SERVIÇOS</b>	<b>HORÁRIO DE ATIVIDADE</b>	<b>Nº DE POSTOS</b>	<b>Nº DE PROFISSIONAL POR POSTO</b>
<b>Tipo 1</b>	Acesso principal ao CAV	Segunda à sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 06:00h às 10:00h. (44h semanais).	01	02
<b>Tipo 2</b>	Acesso principal ao CAV	Segunda à Sexta, das 15:00h às 00:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 14:00h às 18:00h. (44h semanais).	01	02
<b>Tipo 3</b>	Acesso principal do CAV- OBS: POSTO DIFERENCIADO- O funcionário/posto irá substituir TODOS os funcionários dos OUTROS TIPOS DE POSTOS nos intervalos das refeições.	Segunda à Sexta, das 10:00h às 20:00h (02 horas de intervalo por dia) e sábado das 10:00h às 14:00h. (44h semanais).	01	01
<b>Tipo 4</b>	Prédio - Anexo do CAV	Segunda à Sexta, das 06:00h às 15:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 06:00h às 10:00h. (44h semanais).	01	01
<b>Tipo 5</b>	Prédio - Anexo do CAV	Segunda à Sexta, das 14:00h às 23:00h (01 hora de intervalo por dia) e sábado das 10:00h às 14:00h. (44h semanais).	01	01
<b>Total</b>	----	-----	05	07

**Parágrafo Único.** Os serviços serão executados de forma contínua nas unidades e endereços indicados na **Cláusula 4ª.**, e inclui o fornecimento uniformes, conforme indicado no **§ 17. Cláusula 10ª** deste Contrato.

## **CLÁUSULA 2ª. REGIME DE EXECUÇÃO**

Os serviços serão executados na forma de execução indireta e contínua, sob o regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA 3ª. VINCULAÇÃO**

Este Contrato está vinculado ao **Pregão Eletrônico nº 12/2017**, de que trata o processo administrativo nº **23076.021966/2014-14**, e à proposta da CONTRATADA, partes integrantes deste instrumento.

## **CLÁUSULA 4ª. LOCAIS E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

A prestação dos serviços de portaria envolve a alocação, pela contratada, de mão-de-obra capacitada para os seguintes procedimentos, deveres e disciplina:

- a) Comunicar imediatamente ao gestor de segurança do CAV/UFPE, qualquer anormalidade verificada no Posto de Serviço, para que sejam adotadas as providências necessárias;
- b) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto de Serviço, adotando as medidas de segurança conforme as orientações recebidas do gestor de segurança do CAV/UFPE, e limitar-se a acionar a empresa contratada especializada em serviço de vigilância;
- c) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- d) Repassar para o porteiro que irá assumir o Posto de Serviço, quando da troca de plantão, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- e) Comunicar ao gestor de segurança do CAV/UFPE todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da UFPE;
- f) Proibir todo e qualquer tipo de aglomeração perturbadora de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e ao gestor de segurança do CAV/UFPE, no caso de desobediência;
- g) Proibir nas instalações do Posto de Serviço a guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores ou de terceiros;
- h) Assumir diariamente o Posto de Serviço, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;
- i) Manter-se atento no Posto de Serviço, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- j) Zelar pela limpeza e organização do Posto de Serviço;
- k) Fiscalizar a entrada e saída de materiais, mediante conferência das autorizações de controles próprios da UFPE.
- l) Não será permitido o desenvolvimento de atividades constantes na Norma Regulamentar 16 e seus respectivos Anexos 1, 2 e 3 para os serviços contratados, além de serviços em eletricidade.
- m) Endereços dos postos:
  - I. Acesso principal ao CAV Rua: Alto do Reservatório, s/n- Bairro: Bela Vista- Vitória de Santo Antão/PE- CEP: 55.608-680;
  - II. Acesso secundário do CAV Rua: Alto do Reservatório, s/n- Bairro: Bela Vista- Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.608-680;
  - III. Prédio - Anexo do CAV Rua: Dr. João Moura, nº 92- Bairro: Matriz- Vitória de Santo Antão/PE- CEP: 55.612-440.
- n) As atividades serão desenvolvidas nos postos de serviço relacionados no Anexo Ido Edital a que se vincula este Contrato;
- o) O complemento da carga horária prevista (44 horas semanais), quando couber, será realizado aos sábados;
- p) Nos Postos onde não houver necessidade de permanência aos sábados para complemento da carga horária prevista (44 horas semanais), a critério da Contratante, o complemento da carga horária semanal será compensado pelos trabalhadores da Contratada, nos dias úteis trabalhados ou em Postos indicados pela Contratante aos sábados;
- q) Nos horários de intervalos para refeições, a contratada efetuará a cobertura do funcionário/Posto em intervalo por outro funcionário integrante do Contrato, devendo respeitar horários diferenciados de intervalo para funcionários de mesmo tipo de posto;
- r) Fica estabelecido que o funcionário do Posto TIPO 3 é quem substituirá exclusivamente, durante os intervalos para as refeições, os demais funcionários de todos os outros tipos de postos, sendo seu posto (central) o acesso principal do Campus.

## **CLÁUSULA 5ª. MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS / UNIDADE DE MEDIDAS**

A unidade de medida é por posto de serviço com resultados aferidos no cumprimento das escalas e procedimentos fixados para desenvolvimento das atribuições constantes no **Anexo III** do Edital.

#### **CLÁUSULA 6ª. PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS E CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE**

O prazo para início da execução dos serviços será a partir da data de Assinatura do Contrato.

§ 1º. A insalubridade não é aplicável, por não haver riscos físicos, químicos ou biológicos no desenvolvimento das atividades, de acordo com o Laudo Técnico nº 001/2014, emitido pelo Serviço de Engenharia de Segurança do Trabalho – SEST (**Anexo III** do Contrato).

#### **CLÁUSULA 7ª. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos para atender as despesas com a contratação são provenientes do **Programa de Trabalho:** 12.364.2032.20RK.0026 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Pernambuco; **Fontes de Recursos:** Tesouro/Próprios; **Elemento de Despesa:** 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme LOA 2015 nº 13.115 de 20/04/2015, DOU de 22/04/2015.

**Parágrafo Único.** As despesas com a contratação dos exercícios seguintes, durante a vigência do contrato, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente, com indicação em termo Aditivo do Contrato.

#### **CLÁUSULA 8ª. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço global deste contrato é de **R\$ .....** (**..... reais**), sendo ..... , com parcelas mensais de R\$ ... (...).

§ 1º. O pagamento será mensal, mediante depósito em conta bancária indicada pela Contratada, efetuando-se no prazo de até **20 (vinte)** dias úteis, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela e da data de apresentação da Fatura ou Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor;

§ 2º. As Notas Fiscais ou Faturas deverão ser obrigatoriamente acompanhadas:

- a) do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28/4/1995;
- b) da regularidade fiscal, constatada através de consulta “*on-line*” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei nº 8.666/93; e
- c) do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura paga pela Administração;

§ 3º. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no **§1º desta Cláusula**, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

§ 4º. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

§ 5º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula (§ 4º do Art. 36 da IN SLTI/MP nº 2/2008):

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

- I – Índice de atualização financeira;
- TX - Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM – Encargos moratórios;
- N – Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP – Valor da parcela em atraso.

§ 6º. Uma vez apurado, no curso da contratação, que a contratada cresceu indevidamente a seus preços valores

correspondentes a tributos não incidentes sobre a realização dos serviços contratados, a UFPE exigirá a imediata exclusão desses valores, com a consequente redução dos preços e reembolso de valores devidos porventura pagos à contratada.

§ 7º. Na hipótese de aumento ou redução do quantitativo contratado, o valor do Contrato será correspondentemente aumentado ou diminuído, com base no custo por profissional, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços integrante da proposta.

#### **CLÁUSULA 9ª. GARANTIA CONTRATUAL**

§ 1º. A contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia de execução do contrato, equivalente a 5% (cinco por cento), do valor global do contrato no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contado da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, quando solicitado pela Contratada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela UFPE. Idêntico prazo será observado na prorrogação, alteração por acréscimo e repactuação contratual;

§ 2º. A garantia terá validade durante a execução do contrato e **3 (três) meses** após o término da vigência contratual, devendo ser renovada/atualizada ou reapresentada, conforme o caso, a cada prorrogação, alteração ou repactuação contratual;

§ 3º. A garantia será efetuada, a critério da adjudicatária, em uma das seguintes modalidades: a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; b) seguro-garantia; c) fiança bancária;

§ 4º. **Títulos da Dívida Pública** oferecidos em garantia contratual deverá ser acompanhado de documento oficial probatório de sua autenticidade e de sua convertibilidade em moeda legal corrente, sendo aceitos os não prescritos. Somente serão aceitos Títulos da Dívida Pública Federal escriturais, registrados em sistemas centralizados de liquidação e de custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pelo valor econômico informado pelo Tesouro Nacional;

§ 5º. Quando a **garantia** for prestada **em dinheiro**, o depósito deve ser realizado obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, tendo como beneficiária a UFPE;

§ 6º. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de (*Instrução Normativa SLTI/MÓG nº 06, de 23/12/2013 e nº 04/2015, de 19 de março de 2015*):

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

§ 7º. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação a cargo da Contratada, inclusive indenização a terceiros, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da data em que for notificada pela UFPE, sob pena de infração contratual;

§ 8º. A inobservância do prazo fixado no § 1º., para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

§ 9º. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a UFPE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

§ 10. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada (*Instrução Normativa SLTI/MOG nº 04/2015, de 19 de março de 2015*);

**§ 11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;**

§ 12. Ressalvados os casos previstos no *subitem* imediatamente precedente, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrente da contratação, e caso não ocorra esta comprovação até o segundo mês após o encerramento do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela administração (*Instrução Normativa nº 6, de 23 dezembro de 2013*);



§ 13. A garantia será considerada extinta:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) Após 3 (três) meses do término do contrato, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

§ 14. Ocorrendo a rescisão unilateral e injustificada do contrato, a UFPE reterá a garantia prestada pela contratada e, após competente processo administrativo para apuração dos danos e prejuízos sofridos, ressarcir-se-á do valor apurado, inclusive o correspondente a multas aplicadas;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além dos encargos de ordem legal, obriga-se, ainda ao que segue:

§ 1º. Fornecer empregados qualificados em serviços de controle, operação e fiscalização de portarias;

§ 2º. Fornecer empregados com instrução mínima de ensino fundamental completo ou equivalente, comprovado por escola reconhecida;

§ 3º. Os profissionais a serem designados para a execução dos serviços serão devidamente selecionados pela contratada, devendo ser portadores de atestado de boa conduta (antecedentes civil e criminal) e demais referências, bem como ter suas funções profissionais legalmente registradas em suas Carteiras de Trabalho (CTPS);

§ 4º. A seleção visará ainda assegurar satisfatório nível de competência técnica e eficiência do pessoal contratado;

§ 5º. Apresentar à fiscalização, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, após o início da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) relação nominal dos empregados alocados à execução dos serviços contratados, por local de trabalho, acompanhada com os números das respectivas Cédulas de Identidade, CPF e Carteiras de Trabalho, atualizando-a sempre que houver alterações; b) apólice de seguro de vida em grupo; com os números das respectivas Cédulas de Identidade, CPF e Carteiras de Trabalho, mantendo-as atualizadas sempre que houver alterações;

§ 6º. O pessoal da contratada, adequadamente uniformizado e identificado mediante crachá, trabalhará sob as ordens diretas e responsabilidade de seu preposto, cabendo apenas a este se reportar ao Gestor e Servidor designado pela contratante;

§ 7º. A assiduidade do pessoal da contratada, bem como as ocorrências que os envolvam, serão controladas e registradas diariamente pelo Servidor designado pela contratante;

§ 8º. É de responsabilidade da contratada, manter a disciplina de seu pessoal nas dependências da contratante, de acordo com as normas vigentes, bem como assegurar a qualidade e eficiência dos serviços desses profissionais.

§ 9º. Qualquer empregado que apresente conduta irregular ou desempenho insatisfatório, será substituído pela contratada, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir do recebimento de notificação, para este efeito, apresentada pela contratante;

§ 10. É ainda responsabilidade exclusiva da contratada, em relação ao pessoal por ela utilizado na execução dos serviços:

- a) Cumprir todas as normas legais referentes à execução e, em particular, à segurança do trabalho, de âmbito federal, estadual e municipal;
- b) Tomar as medidas necessárias ao atendimento de seu pessoal, acidentado ou acometido de mal súbito;
- c) Manter seguro coletivo contra riscos e acidentes de trabalho;
- d) Cumprir todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato;

§ 11. Dispor, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos Postos relacionados no Anexo I, nos horários fixados na escala de serviço, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os Postos conforme o estabelecido;

§ 12. Informar a UFPE, por escrito, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a relação nominal dos empregados e seu preposto utilizados na execução, contendo nome completo, carteira de identidade (número / órgão expedidor / data expedição), carteira de saúde ou equivalente e endereço residencial, devendo as respectivas alterações ser imediatamente comunicadas à UFPE;

§ 13. Implantar e gerir de forma adequada à planificação permanente dos serviços, dentro da sistemática estabelecida neste Contrato e de modo a assegurar-lhes o nível de qualidade e eficiência necessárias;

§ 14. Manter a força de trabalho prevista, nos quantitativos ou nas condições operacionais estabelecidas, bem como cumprir integralmente as demais responsabilidades;

§ 15. Facilitar o acompanhamento e fiscalização da contratante, através de seu preposto, bem como atender prontamente às observações e reclamações que lhe forem por este apresentadas;

§ 16. Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

§ 17. Com exceção do rádio de comunicação que deverá ser substituído em até 48 horas caso o que esteja em uso apresente defeito, a contratada deverá fornecer semestralmente uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

QUANTIDADE	NATUREZA	DISCRIMINAÇÃO
Um por porteiro	Permanente	Rádio de comunicação de alcance mínimo de 5000m
Duas por porteiro	Consumo	Calça
Duas por porteiro	Consumo	Camisa de mangas compridas e curtas
Um por porteiro	Consumo	Cinto de nylon
Um por porteiro	Consumo	Par de sapatos
Dois por porteiro	Consumo	Par de meias
Um por porteiro	Consumo	Boné com logo da empresa
Duas por porteiro	Consumo	Jaqueta de frio ou japona
Um por porteiro	Consumo	Crachá

§ 18. A contratada fornecerá ao pessoal em serviço os equipamentos de proteção individual – EPI – conforme Lei nº 6514/77 e Portaria nº. 3.214/78 do Ministério do Trabalho (NR 06), caso sejam necessários;

§ 19. Os rádios transceptores deverão ser ajustados à frequência do Setor de Segurança do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE, em número correspondente aos porteiros contratados;

§ 20. A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;

§ 21. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

§ 22. O efetivo de mão-de-obra especificada será mantido pela contratada independentemente do afastamento de qualquer trabalhador, quer por férias, quer por licença médica ou por qualquer outro fator, procedendo-se a imediata substituição do afastado, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho do empregado;

§ 23. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela UFPE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma;

§ 24. Atender de imediato as solicitações quanto a substituições da mão-de-obra qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

§ 25. Instruir seu preposto quanto a necessidade de acatar as orientações da UFPE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

§ 26. Manter livro de Registro de Ocorrências em todos os Postos de Serviço;

§ 27. Relatar à UFPE toda e qualquer irregularidade observada nos Postos de Serviço e nas instalações onde houver prestação dos serviços;

§ 28. Evitar situações que gerem inquietação ou agitação por parte dos seus empregados no local de execução dos serviços, em especial as pertinentes a atrasos no pagamento de salários e no fornecimento de vale-transporte e vale alimentação;

§ 29. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização por parte da UFPE, através de seus órgãos de controle, promovendo fácil acesso aos serviços em prestação, bem como atender prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização;

§ 30. Providenciar fatura mensal acompanhada de comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social) correspondente ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado (§ 4º, art. 31, da Lei nº 9.032/95) e do regular pagamento dos salários, vale transporte e alimentação referente ao mês;

§ 31. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, durante a sua vigência, de acordo com o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações;

§ 32. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

§ 33. Fornecer mão-de-obra com aparência e porte adequados ao desenvolvimento dos trabalhos, bem como orientar o funcionário que este assuma diariamente o Posto devidamente uniformizado, portando crachá com fotografia recente, e com aparência pessoal adequada;

§ 34. Tomar as providências relativas a capacitação necessária para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;

§ 35. A não apresentação de qualquer documento que lhe seja exigível por parte da CONTRATANTE, na data aprazada, não a desobriga do fiel cumprimento de suas obrigações;

§ 36. Se a CONTRATANTE relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da CONTRATADA, tal fato não a liberará das mesmas obrigações.

§ 37. A omissão eventual da CONTRATANTE, no desempenho de suas atribuições fiscalizadoras, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados;

§ 38. A CONTRATADA será representada por “preposto”, o qual dirigirá os trabalhos e a representará legalmente, com amplos poderes para decidir, em seu nome, nos assuntos relativos ao serviço contratado;

§ 39. A contratada fica obrigada a indicar designado da CIPA- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme requisitos da NR-05;

§ 40. A contratada deverá atender a exigência legal da NR-9, apresentando ao setor SST/UFPE o PPRA- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme Lei nº 6514/77 e Portaria 3214/78, apresentando as medidas de controle de riscos propostas;

§ 41. A contratada deverá dispor de escritório na Região Metropolitana do Recife, (caso não possua), com equipe de apoio necessário, após **15 (quinze) dias** da homologação do certame licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. OBRIGAÇÕES DA UFPE**

A UFPE obriga-se a:

- a) Rever periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela CONTRATADA;
- b) Disponibilizar instalações sanitárias;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato, por meio dos Gestores e de modo a garantir o fiel cumprimento do mesmo, da proposta e do Edital que norteou o processo licitatório;
- d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento, abatidas as multas, se houver;
- e) Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;
- f) Fornecer à CONTRATADA e a seu pessoal condições de trabalho para a execução dos serviços;
- g) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- h) Manter arquivado junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente instrumento, toda a documentação a ele referente;
- i) Providenciar a publicação resumida deste CONTRATO e de seus aditamentos, por extrato, no Diário Oficial da União.

**Parágrafo único** - É vedado à CONTRATANTE e seus representantes a prática de atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como: 1 – Exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados; 2 – Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas; 3 – Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação a função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e 4 – Considerar os trabalhos da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens (Artigo 10 da IN MOG N°. 02/2008).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

§ 1º. A gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade da Coordenadora de Infraestrutura, Finanças e Compras do Campus Vitória, cargo ocupado atualmente pela servidora Fernanda Mirela da Silva, CPF nº 042.581.844-62, SIAPE nº 1848268. Já a Fiscalização do Contrato ficará a cargo do Gestor de Segurança do Centro, o servidor José Jerônimo Costa Júnior, CPF nº 295.930.854-91, SIAPE nº 1131938;

§ 2º. Caberá ao gestor:

- a) Solicitar a contratada ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b) Realizar uma reunião inicial, registrada em Ata, após as assinaturas do Contrato, e reuniões periódicas com o preposto da Contratada, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos pelo pessoal da Contratada;
- c) Acompanhar e atestar a frequência dos empregados da CONTRATADA, bem como as ocorrências havidas, em registro próprio, assinado juntamente com o preposto da Contratada;
- d) Assegurar-se de que o número de empregados alocados é suficiente para o desempenho dos serviços previstos, bem como de que a execução desses atende às especificações estabelecidas e aos padrões de qualidade e eficiência requeridos, não permitindo a execução de tarefas em desacordo com as preestabelecidas;
- e) Reclamar à Contratada ou a seu preposto a correção das falhas verificadas, bem como a substituição de profissionais cuja conduta ou desempenho mostrem-se insatisfatórios;
- f) Recomendar à UFPE a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratuais;
- g) Requisitar da Contratada as carteiras profissionais do pessoal por ela alocado aos serviços, a fim de verificar conformidade dos registros pertinentes;
- h) Atestar a execução dos serviços na Nota Fiscal Mensal (fatura mensal);
- i) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos a execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- j) Outras que se fizerem necessárias ao perfeito desempenho de suas funções.

§ 3º. A fiscalização será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destas forem apuradas ações ou omissões funcionais, na forma e para os efeitos legais.

§ 4º. A atuação da fiscalização, em qualquer circunstância, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela boa execução dos serviços;

§ 5º. A Gestora e o fiscal do contrato acompanharão a prestação dos serviços nos postos designados, observando a frequência, pontualidade e qualidade dos serviços para aceite e pagamentos devidos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. REPACTUAÇÃO**

Será permitida a repactuação de preços deste Contrato, como espécie de reajuste contratual, **durante a sua vigência**, desde que observado o **interregno mínimo de um ano** das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, sem que altere o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

§ 1º. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

§ 2º. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

§ 3º. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos;

§ 4º. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

a) da data limite para apresentação das propostas constante do edital, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços; ou

b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

§ 5º. Nas **repactuações subsequentes** à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;

§ 6º. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e/ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;

§ 7º. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

§ 8º. Quando da solicitação de repactuação para fazer jus a variação de custos decorrentes do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pela CONTRATADA do aumento de custos, considerando-se:

a) os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

b) as particularidades do contrato em vigência;

c) a nova planilha com variação dos custos apresentadas;

d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;  
e

e) disponibilidade orçamentária da UFPE.

§ 9º. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos;

§ 10. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de **apostilamento**, e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando serão formalizadas por **aditamento**;

§ 11. O prazo referido no § 9º ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

§ 12. A UFPE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA;

§ 13. As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento deste contrato;

§ 14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

§ 15. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente;

§ 16. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONTA VINCULADA**

Caso haja viabilidade de implantação da conta vinculada nas renovações futuras advindas deste contrato, a UFPE providenciará aditivo contratual com cláusulas referentes à conta vinculada, conforme previsto no art. 19-A da IN 06/2013/MPOG.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato poderá ser alterado, a qualquer tempo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, mediante Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PENALIDADES**

Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial deste contrato e o descumprimento de qualquer cláusula nele estabelecido, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades:

**I** – Advertência;

**II** – Multa na forma estabelecida no § 2º desta cláusula;

**III** – Suspensão temporária de participar de processos licitatórios e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a **02 (dois)** anos;

**IV** – Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. As penalidades previstas nos *incisos I, III e IV do caput* poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no *inciso II do mesmo caput*, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação.

§ 2º. Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos, por:

**I** – **Atraso** na execução dos serviços: **0,2% (zero vírgula dois por cento)** sobre o valor global da proposta da CONTRATADA, por **dia**, durante o primeiro mês, e **0,3% (zero vírgula três por cento)** para cada dia dos meses subsequentes.

**II** – **Descumprimento** de qualquer outra condição ajustada: **0,2% (zero vírgula dois por cento)** sobre o valor global da proposta.

**III** – **Rescindir** injustificadamente este contrato ou der causa a sua rescisão: **10% (dez por cento)** do valor global do mesmo.

§ 3º. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês.

§ 4º. Será considerada falta grave, compreendendo como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sócias previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, podendo ensejar à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da sanção pecuniária na § 2ª e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 (Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).

§ 5º. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no *capítulo IV* da Lei nº 8.666/93, no que couber.

§ 6º. Os atos administrativos de aplicação das sanções, inclusive rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos *artigos 77 a 80* da Lei nº 8.666/93, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, podendo ser:

**I** – determinada por ato unilateral e escrito da UFPE, nos casos enumerados nos *Incisos I a XII e XVII* do *artigo 78* da mencionada lei;

**II** – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Contrato, desde que haja conveniência para a UFPE;

**III** – judicial, nos termos da Legislação vigente sobre a matéria.

§ 1º. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, formalmente motivadas nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93, bem como quando:

**I** – requerer concordata ou tiver decretada a falência;

**II** – transferir, a qualquer título, este Contrato ou as obrigações dele decorrentes, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da UFPE;

**III** – suspender a execução dos serviços por prazo superior a dez dias consecutivos sem justificção e sem prévia autorização da UFPE.

§ 3º. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá a vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, a critério único e exclusivo da UFPE, mediante termo aditivo, não podendo exceder o prazo de 60 (sessenta) meses em sua totalidade.

§ 1º. Em caso de prorrogação contratual, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contração serão eliminados como condição para a renovação (Instrução Normativa nº 3, e 16 de outubro de 2009);

§ 2º. A execução completa do contrato só acontecerá quando o CONTRATADO comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada (Instrução Normativa nº 3, e 16 de outubro de 2009).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA. FORO**

O foro da Justiça Federal em Pernambuco é o competente para dirimir eventuais questões resultantes da execução deste Contrato ou da interpretação deste instrumento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de perfeito acordo, assinam o presente Instrumento, na presença de duas testemunhas, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Recife, ..... de ..... de 2015.

**UFPE**

**CONTRATADA**

*Testemunhas:*

Nome ..... CPF .....

Nome ..... CPF .....

**ANEXOS**

*Integram este Contrato:* **ANEXO I** – Postos e Locais dos Serviços; **ANEXO II** – Guia da Fiscalização; **ANEXO III** – Laudo Técnico Nº 001/2014 do Serviço de Engenharia de Segurança do Trabalho – SEST.

**ANEXO I DO CONTRATO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2014**  
**POSTOS E LOCAIS DOS SERVIÇOS**



## ANEXO II DO CONTRATO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2014

#### GUIA DA FISCALIZAÇÃO

#### DA FISCALIZAÇÃO INICIAL (NO MOMENTO EM QUE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS É INICIADA)

- a)** Elaborar planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão, divididos por contrato, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas;
- b)** Conferir todas as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados, por amostragem, e verificar se elas coincidem com o informado pela empresa e pelo empregado. Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante esteja corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;
- c)** O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d)** O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e)** Consultar eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito);
- f)** Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI's).

#### FISCALIZAÇÃO MENSAL (A SER FEITA ANTES DO PAGAMENTO DAS TRÊS FATURAS)

- g)** Elaborar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas e ocorrências;
- h)** Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas trabalhados efetivamente. Exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa das três faturas. Exigir da empresa comprovantes de pagamento dos salários, vales-transportes e auxílio alimentação dos empregados;
- i)** Realizar a retenção da contribuição previdenciária (11% do valor das três faturas) e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.
- j)** Exigir da empresa os recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos:
  - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
  - Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
  - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
  - Cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).
- l)** Exigir da empresa os recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de:
  - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
  - Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
  - Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
  - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
  - Cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET);
- m)** Consultar a situação da empresa junto ao SICAF;
- n)** Exigir a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expire o prazo de validade.

#### FISCALIZAÇÃO DIÁRIA

- a)** Conferir, todos os dias, quais empregados terceirizados estão prestando serviços e em quais funções e fazer esse acompanhamento com a planilha-mensal;
- b)** Verificar se os empregados estão cumprindo à risca a jornada de trabalho. Deve-se instaurar uma rotina para autorizar pedidos de realização de horas extras por terceirizados e combinar com a empresa a forma da compensação de jornada;

- c) Evitar ordens diretas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa e da mesma forma eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados;
- d) Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço como a negociação de folgas ou a compensação de jornada. Essa conduta é exclusiva do empregador.

#### **FISCALIZAÇÃO ESPECIAL**

- a) Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT);
- b) Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos (verificar a necessidade de proceder ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de reajuste salarial);
- c) Controle de férias e licenças dos empregados na planilha-resumo;
- d) A empresa deve respeitar as estabilidades provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária);
- e) Assegurar-se de que o número de empregados alocados é suficiente para o desempenho dos serviços, bem como de que a execução desses atende às especificações estabelecidas e aos padrões e eficiência requeridos;
- f) Reclamar à contratada a correção das faltas verificadas, bem como a substituição de profissionais cuja conduta ou desempenho sejam considerados insatisfatórios;
- g) Recomendar à administração da UFPE a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela contratada das obrigações contratuais;
- h) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

**ANEXO III DO CONTRATO Nº ...../.....**

**LAUDO TÉCNICO Nº 001/2014 DO SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO -  
SEST**